

DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS E TURISMO NO LITORAL DO PIAUI: UMA REVISÃO DE CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DO MUNICÍPIO DE ILHA GRANDE (PI)

Thalita Caroline dos Santos Correia ¹

Edvania Gomes de Assis Silva ²

Pedro Vagner Silva Oliveira ³

Antônio Cardoso Façanha ⁴

Francisco Pereira da Silva ⁵

RESUMO

Diante das dinâmicas socioterritoriais ocorridas atualmente na Zona Costeira piauiense, o município de Ilha Grande tem sido palco para diversas transformações, entre as principais, o crescimento do turismo ecológico no Delta do Parnaíba por causa da potencialidade paisagística no único delta de mar aberto das américas. Com o título de “porta de entrada” para o passeio dentro do roteiro “rota das emoções”, o município também é composto pela população tradicional que têm por base econômica a subsistência de recursos naturais existentes, como a pesca artesanal e a catação do caranguejo em mangues. Portanto, conforme a pesquisa de campo e revisão bibliográfica para obtenção dos resultados, percebeu-se que com o avanço do turismo ecológico nessa área, é possível diagnosticar diversas contradições no que diz respeito aos impactos socioambientais.

Palavras-chave: Zona Costeira. Turismo. Dinâmicas Socioterritoriais. Ilha Grande. Delta do Parnaíba

ABSTRACT

Given the socio-territorial dynamics currently occurring in the Piauí Coastal Zone, in this scenario the municipality of Ilha Grande has been the stage for several transformations, among the main ones, the growth of ecological tourism in the Parnaíba Delta due to the landscape potential in the only open sea delta of the americas. With the title of “gateway” to this tour within the “route of emotions” itinerary, the municipality is also made up of a traditional population whose economic base is the subsistence of existing natural resources, such as artisanal fishing and crab collecting. in mangroves. Therefore, according to the field research and bibliographic review to obtain the results, it was noticed that with the advancement of ecological tourism in this area it is possible to diagnose several contradictions with regard to socio-environmental impacts.

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO/ UFPI, thalitacorreia@gmail.com;

² Professora orientadora e doutora do curso de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO/ UFPI , edvania@ufpi.edu.br;

³ Doutorando do curso de Pós-Graduação em História-PPGH/UFF, bolsista CAPES/PROEX, pdrovagner@gmail.com;

⁴ Professor co-orientador e doutor pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, façanha@ufpi.edu.br;

⁵ Doutor pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, pereirafilho@ufpi.edu.br.



Keywords: Coastal Zone. Tourism. Socio-territorial dynamics. Ilha Grande. Delta do Parnaíba.

INTRODUÇÃO

O litoral piauiense atualmente vem se destacando com o crescimento em investimentos em diversos setores, como a exemplo do setor de produção de energias renováveis, pesca, agricultura irrigada e turismo. E apesar de possuir a menor faixa litorânea do Brasil, com 66 quilômetros de extensão, e ainda com único litoral do nordeste sem ter uma capital, é nesse espaço que têm ocorrido diversas transformações socioterritoriais em seus quatro municípios (Cajueiro da Praia, Luís Correia, Ilha Grande e Parnaíba). Entre os setores de investimentos citados acima, o turismo surge em diversas modalidades no litoral piauiense, entre eles, destaca-se o turismo ecológico no município de Ilha Grande (PI).

Trabalhando dentro da perspectiva de Zona Costeira (ZC) em Moraes que definiu este conceito (2007, p. 24) como “Zona Costeira” em relação ao conjunto de terras emersas, circunscrevendo um espaço dotado de especificidades e vantagens locais, em um espaço finito e relativamente escasso. No que diz respeito às contribuições desta análise, temos o município de Ilha Grande (PI), onde se localiza em uma parte composta pela Ilha Grande de Santa Isabel, caracterizada segundo o IBGE (2022) com população residente de 9.274 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,563 em 2010 (ainda não atualizado) conforme as informações do último censo realizado em 2022.

Este município situa-se dentro da Área de Preservação Ambiental Delta do Parnaíba (APA) em um espaço privilegiado de acesso a recursos naturais e paisagísticos, no qual esse potencial é utilizado para o desenvolvimento do turismo no município dentro do trade turístico chamado “Rota das emoções”. Consoante o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014), essa rota turística é uma das mais conhecidas do Brasil e envolve três estados (Maranhão, Piauí e Ceará) e três Unidades de Conservação (UC), abrangendo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a Área de Preservação Ambiental Delta do Parnaíba e o Parque Nacional de Jericoacoara.

No entanto, como parte da cadeia do turismo, no município ainda se encontram desafios diante das dinâmicas socioterritoriais em decorrência dessa atividade econômica, assim sendo, o que justifica a presente pesquisa. Apesar do amplo potencial da Zona Costeira piauiense, ao mesmo tempo, há elevados índices de carências socioeconômicas que afetam a população, infraestruturas e contradições ambientais. Entre as contradições do modelo de desenvolvimento



turístico, e também da atividade que impulsiona o crescimento de usinas eólicas no território, percebem-se as transformações socioambientais no município de Ilha Grande (PI), uma vez que se localiza na rota turística do Delta do Parnaíba.

Destarte, com foco no município de Ilha Grande, define-se como objetivo geral “revisar a partir do conceito de Zona Costeira as contradições socioambientais decorrentes da atividade turística existente no município de Ilha Grande, Piauí”, onde com detalhe é possível “discutir o conceito de Zona Costeira e o avanço da atividade turística no Piauí” e por segundo, a partir da pesquisa de observação de campo, “avaliar as possíveis contradições socioambientais causadas pela atividade turística no município de Ilha Grande (PI)”. Assim, este artigo é fruto do resultado do trabalho de dissertação entre os anos de 2021 e 2023 pelo programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI).

METODOLOGIA

Este artigo tem como base a revisão bibliográfica de obras relacionadas às dinâmicas socioterritoriais no estudo sobre Zonas Costeiras (ZC) e a cadeia do turismo no litoral brasileiro, como destacado por Moraes (2007) na obra “Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma Geografia do litoral brasileiro” e no estudo da ZC piauiense em Pessôa (2021), no qual foi discutida a valorização desse espaço.

No entanto, o foco desta revisão é principalmente sobre o turismo como um montante usado para a modernização e expansão desse espaço, utilizando o município de Ilha Grande (PI) como recorte geográfico para o escopo do artigo. Para a tessitura deste texto, contamos ainda com a análise de jornais, portais eletrônicos (como informações encontradas em *sites* governamentais) e documentos de planos estaduais e municipais que utilizam o “turismo” como estratégia para o crescimento econômico do município, assim como também é possível encontrar materiais que apontam as contradições socioambientais.

Outro recurso utilizado, teve com base a elaboração de um mapa temático conforme as atividades econômicas encontradas na ZC piauiense, bem como, a avaliação empírica no município de Ilha Grande realizada por meio da pesquisa de campo no mês de outubro de 2022, possuindo como instrumento a “câmera fotográfica” para captação de imagens que pôde identificar possíveis contradições socioambientais como os problemas entre a comunidade e os

empresas, do setor turístico, poluição, contaminação, desmatamentos e entre outros impactos existentes.

AS DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE

As dinâmicas socioterritoriais, que estão diretamente ligadas aos atores/agentes e instituições locais ou regionais, procuram se organizarem sobre a ideia de “desenvolvimento”, que, ao mesmo tempo, está entrelaçado ao sinônimo de “moderno”, “crescimento” e até mesmo “progresso”, como assim por décadas é utilizado para justificar a abertura de investimentos externos e infraestruturas de grande porte nos países do sul global. Consoante ao que propõe a pesquisa, o litoral piauiense, apesar de ser a menor Zona Costeira do Brasil, tem sido apontado como um “novo” espaço para abrigar investimentos justificados pelo “desenvolvimento territorial” de diversos setores da economia piauiense.

Mediante a isso, colocando Zona Costeira do Piauí em um “circuito espacial produtivo” na especialização produtiva dos lugares que na reflexão teórica em Castilho e Frederico (2010) afirmam que essas especializações envolvem: o desenvolvimento dos sistemas de transportes; comunicação; política entre Estado e empresas e distanciamento entre locais de produção e locais de consumo. Com isso dito, o desenvolvimento de um território através de especialização produtiva tem a ver com uma rede de relações de interesses entre agentes e atores.

Também apontado na introdução sobre os municípios do litoral, ficou evidente o papel dos meios de transportes no circuito espacial produtivo, com os investimentos que partiam da iniciativa de Estado em benefício do setor privado em diversos tipos de tráfego de mercadorias e pessoas.

Compreendendo a questão – do Desenvolvimento territorial – com uma parte estratégica da atuação de agentes, ressalta-se uma crítica feita por Veloso Filho (2018) sobre o desenvolvimento territorial em decorrência de interesses políticos conforme a proposta de uma nova regionalização ou identificação de territórios no início do século XXI^[1]. O fruto dessa regionalização ou identificação dos territórios resultou na especialização produtiva dos lugares conforme a potencialidade em recursos naturais e humanos oferecidos.



Dessa maneira, o plano de regionalização ou organização territorial partiu do Planejamento Participativo Territorial, no qual se tornou consolidado na Lei complementar nº87, de 22 de agosto de 2007 (PIAUÍ, 2022). Conforme Veloso Filho (2018) durante o período da nova gestão a Secretaria de Planejamento do Piauí (SEPLAN- PI) compôs uma nova proposta de regionalização do território piauiense diante do objetivo dado pela SEPLAN, abaixo:

Os Territórios de Desenvolvimento (TD) constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção e o desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento. (PIAUÍ, 2022)

Contudo, partindo de critérios para subdividir o território conforme as características e vantagens existentes, o primeiro critério de identificação foi a partir da divisão do Estado em macrorregiões – litoral, meio-norte, semiárido e cerrado – estas baseadas, principalmente, em características ambientais. Em consoante, essas macrorregiões foram subdivididas em onze Territórios de Desenvolvimento (TD) que traz como base critérios socioeconômicos sobre as vocações produtivas e potencialidades econômicas encontradas no Piauí (VELOSO FILHO, 2018). (Figura 01).



Figura 01 - Territórios de Desenvolvimento no Piauí



Fonte: disponibilizado no *website* da Secretaria de Planejamento do Piauí – SEPLAN (PIAUÍ, 2022)

Entre os onze Territórios de Desenvolvimento (TD) do estado, há diversos tipos de potencialidades que se convertem em vários setores da cadeia produtiva como o agronegócio (soja, algodão, milho, entre outros), mineração, produção de energias renováveis, pecuária, turismo e entre outras potencialidades. Assim, aos municípios que compreendem a Zona Costeira (ZC) do Piauí está o Território de Desenvolvimento das Planícies Litorâneas.

De acordo com informações emitidas no mapa elaborado, entre as potencialidades encontradas na Planície Litorânea estão: a pesca e agricultura; produção de leite e derivados; ovinocaprino cultura; fruticultura orgânica e agricultura irrigada; beneficiamento da carnaúba e ceras; turismo de massas (praias e eventos), histórico (Parnaíba), ecológico (Delta do Parnaíba) e radical (Delta do Parnaíba, Pedra do Sal, Lagoa do Portinho e Barra Grande); comércio atacadista e varejista, serviços (saúde e educação), Polo de produção para o mercado externo (ZPE) e energia eólica. (CEPRO, 2013)

É certo que um dos principais setores produtivos reconhecidos no Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea é o turismo de massas. A potencialidade do litoral

piauiense, tem atraído investimentos para a área do turismo de massas e ecológico que engloba atrativos, na prática de esportes náuticos (*surf* e *kitesurf*), hotelarias, *resorts*, passeios, restaurantes entre outros serviços.

Dessa forma, como o Estado é o principal agente na oferta de ampliação da cadeia produtiva, a utilização de discursos midiáticos também faz parte de estratégias para atração de novos investimentos, pois como podemos observar na fala do ex-Secretário de Turismo do Piauí, Flávio Nogueira Junior, na introdução documento *Guia Piauí: litoral* (PIAUI, 2022) sobre a potencialidade do turismo litoral piauiense: “Mar, dunas, arte, sabor, vento, sol, alegria, vida. Aqui mostramos boas razões para você pegar a estrada e tornar o Litoral do Piauí o destino certo para o seu coração”.

Dessa maneira, apesar de uma fala mansa e romântica sobre tal setor, esse material reforça o turismo como uma das principais potencialidades para o desenvolvimento e crescimento econômico dos municípios do litoral, e, ao mesmo tempo, o documento descritivo faz a demonstração dos diversos atrativos que divulgam passeios e estabelecimentos públicos e privados (culinária, passeios, hotéis, restaurantes, museus, etc.) para mostrar as diversas possibilidades que os turistas poderão ter ao visitar o litoral piauiense, tais as seguintes orientações: como chegar; onde ficar; onde comer; e o que fazer.

Entretanto, é o que está chamando atenção do mercado imobiliário no território, visto que, a expansão da especulação imobiliária nos quatros municípios do litoral piauiense tem atraído novos moradores e agentes empresariais que vem expandindo redes de *resorts*, hotelaria e restaurantes.

Ao abordar isso, Borges e Gonçalves (2018) consta que apesar do atual crescimento da especulação imobiliária em Ilha Grande (PI) e Cajueiro da Praia (PI) os municípios de Parnaíba (PI) e Luís Correia (PI) ainda seguem em destaque, pois estes têm passado por um longo processo de crescimento das segundas residências e aluguéis por períodos de temporada.

Assim afirma sobre a valorização do espaço litorâneo no município de Luís Correia (PI) que “os agentes investem na especulação imobiliária e na construção da aquisição de hotéis, casas e apartamentos de temporada que passam a estar disponíveis naquela região, fazendo com que aquele espaço se torne cada vez mais valorizado”. (BORGES; GONÇALVES, 2018, p.08) Em contrapartida, a especulação imobiliária, vale ressaltar que essa é uma das causas de

conflitos com os atores sociais representados por comunidades tradicionais que habitam há décadas o território litorâneo.

Atualmente há outro setor produtivo que está movimentando os investimentos no litoral piauiense. No Piauí, o setor energético tem ganhado espaço a partir de um projeto de desenvolvimento que alcance os objetivos da economia sustentável e com a produção de energia eólica na faixa litorânea. A abertura para esse tipo de investimento, segundo o Portal *Ekko Green* (2022) fez com o que o Piauí recebesse o título com a maior sede de usina de energia eólica da América do Sul.

Não tem sido diferente no território compreendido pelo litoral, com a inserção da empresa de setor energético Ômega S/A no litoral do Estado com ampliação do projeto Complexo Eólico do Delta, especificamente na Comunidade Pedra do Sal, em Parnaíba (PI). No entanto, o avanço das etapas consecutivas do Complexo Eólico do Delta tem atualmente envolvido o município de Ilha Grande (PI) em área de vegetação nativa e lagoas, principalmente em locais próximos a povoados tradicionais, a exemplo do bairro Labino. Essas duas atividades produtivas – turismo e produção de energia eólica – tem transformado a dinâmica do litoral piauiense, pois antes a principal atividade produtiva estava baseada na pesca artesanal de peixes e camarões, à cata do caranguejo, mariscos, agricultura, criação de animais e artesanato sendo realizada principalmente pelas comunidades que compõe esse território.

Entre as principais espécies de peixes que movimentam a economia do litoral piauiense estão o Camurupim, Manjuba, Manjubão, Bagre bandeira, Bagre branco, Tambaqui, Bagre uritinga, Bagre amarelo, Pescada-amarela, mas também a coleta de crustáceos como o caranguejo-uçá e o camarão. Todas essas espécies são encontradas na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, sendo responsáveis pela movimentação também da economia local entre os pescadores artesanais e a comunidade em geral (GUZZY, 2012).

No entanto, vinte anos atrás, em um material divulgado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – EMBRAPA (2003) á chamava atenção a pesca predatória (pesca de arrasto) do camarão como um dos maiores desafios diante dos impactos causados nas comunidades pesqueiras, tem assim, como estratégia do controle da pesca a fiscalização da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba garantindo que algumas áreas sejam proibidas qualquer prática de pesca por tempo indeterminado ou durante a piracema.



Assim, são algumas das principais atividades produtivas que têm chamado atenção de novos investimentos tanto no âmbito do desenvolvimento local quanto no desenvolvimento para além do território. Para isso, o litoral piauiense apresenta-se em diferentes aspectos para atrair as atividades produtivas devido às potencialidades paisagísticas e climáticas, como um ambiente favorável à agricultura, pesca e serviços que tem atraído novos atores empresariais e turistas de todos os lugares do mundo para visitar o litoral piauiense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi na Zona Costeira que se desenvolveram os primeiros aglomerados urbanos no Brasil e já no período da ditadura civil-militar, foi considerada enquanto espaço estratégico para exploração de recursos naturais, desenvolvimento e proteção do território, para isso, em 10 de junho de 1970 foi criada a partir do decreto nº. 74.557 de 12 de setembro de 1974, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Para Moraes (2007, p. 22) “sobre o ponto de vista global, os terrenos à beira-mar constituem uma pequena fração dos estoques territoriais disponíveis e abrigam um amplo conjunto de funções especializadas e quase exclusiva”, afirmando também sobre a valorização desses espaços em comparação aos espaços da hinterlândia.

No Piauí, o contexto de desenvolvimento do litoral, esse entendido por Moraes (2007) como de baixa densidade populacional, deu-se de maneira diferente com relação aos outros estados do nordeste brasileiro, visto que com o planejamento voltado à interiorização da capital do estado, mudou-se completamente a forma ordenação para o desenvolvimento desse território. Porém, ao mesmo tempo, o litoral piauiense protagonizou papéis importantes nos ciclos econômicos do Piauí.

O litoral piauiense a partir dos municípios de Parnaíba e posteriormente após sua reinserção ao domínio do Piauí no final do XIX, Luís Correia, protagonizaram participações nos ciclos econômicos vividos entre os séculos XIX e XX. Nesse período, segundo Rego (2010) o estado adentrou o mercado capitalista internacional por meio da exportação de gêneros extrativistas regionais, “com a exportação da maniçoba (1900-1915) e sobretudo da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu (1910-1950), o Piauí teve um período exportador de alcance considerável” (REGO, 2010, p. 31).

Esses e outros produtos transitavam pela via fluvial do Rio Parnaíba, vindo do sul do estado até o litoral e a partir dali, eram exportados pelo porto fluvial de Parnaíba ou marítimo de Amarração (Luís Correia) para outros lugares do Brasil e do mundo. Ressalta-se dessa

maneira, a posição estratégica que o litoral piauiense possui/possui, pois este encontra-se com acesso direto ao Oceano Atlântico, e ao mesmo tempo é geograficamente um dos pontos de navegação mais próximo ao continente europeu.

No contexto atual, a ZC piauiense permanece como espaço priorizado para o desenvolvimento de atividades que visam o crescimento econômico do estado, tendo como ponta de lança o turismo. Entende-se que essa política estadual não é novidade, mas a continuidade de um projeto desenvolvimentista anterior. Conforme apontou Oliveira (2022), ainda nos anos 1970, o governador Alberto Silva (ARENA)⁶, juntamente com piauienses que faziam parte do regime ditatorial e os governadores seguintes, tentaram transformar essa região a partir do turismo.

Com o discurso desenvolvimentista bradado nos tempos de “Brasil grande”, foi construída a imagem de um “Piauí Novo”. A fim de atrair visitantes e capital econômico, e apagar a imagem de estado pobre e atrasado largamente veiculada na imprensa brasileira nas décadas anteriores, jornais locais chamavam atenção em suas páginas para a importância do turismo como produtor de riquezas para a região litorânea e resto do Piauí. De igual modo, com o intuito de circular nacionalmente a imagem de um estado moderno e atrativo, as revistas O Cruzeiro e Manchete, levavam aos leitores de todo o Brasil, as belezas naturais e culturais da ZC, incluindo o Delta do Parnaíba.

Conforme Oliveira (2022) e outros autores e autoras, dentre elas, Pessoa (2020), nas décadas 1970 e 1980 o turismo era discutido como política nacional, principalmente devido à influência trazida pelos debates ecológicos e de “desenvolvimento sustentável” a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 (OLIVEIRA; SILVA, 2016). Nesse sentido, é preciso compreender que as políticas e atuações do tempo presente sobre os atuais quatro municípios (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba) litorâneos são permanências de um projeto desenvolvimentista gestado e posto em prática há ao menos cinquenta anos e que desse modo, diversas transformações socioterritoriais ocorridas no presente, estão ligadas direta e indiretamente com agenciamentos de outrora.

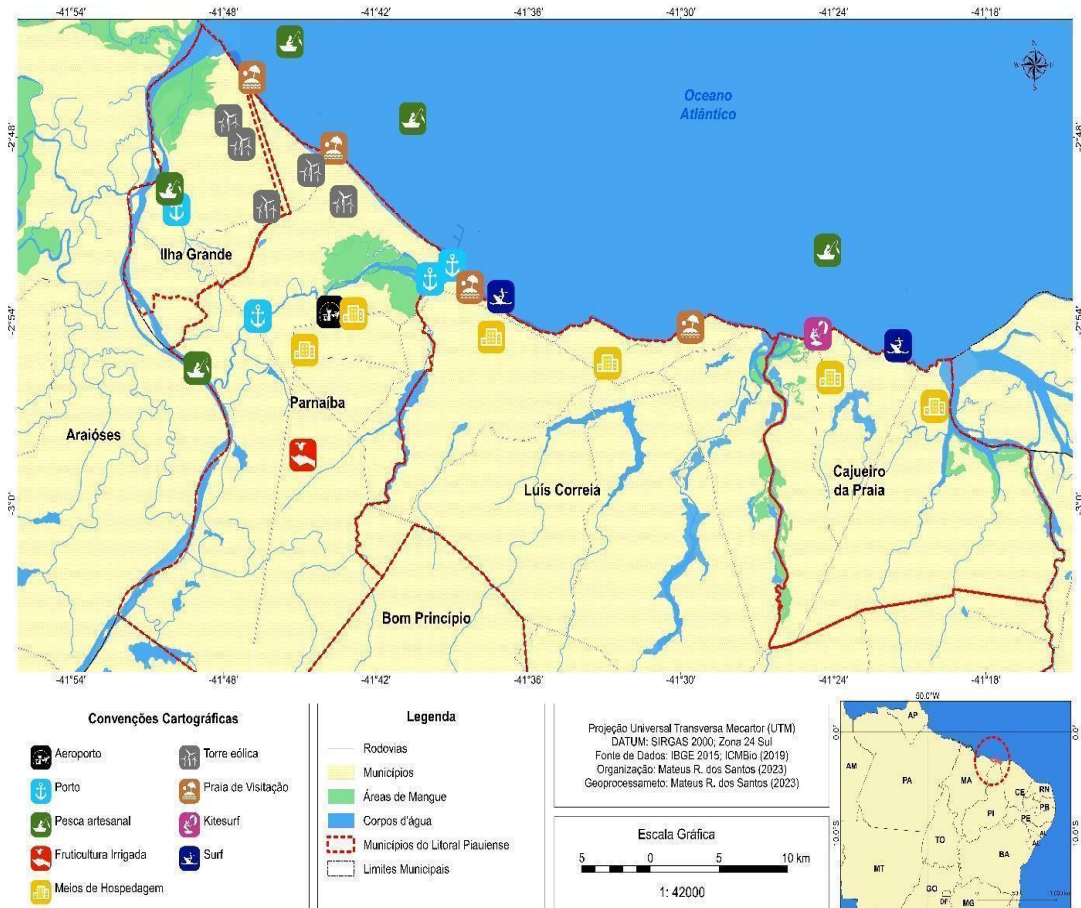
Atualmente, a ZC do Piauí passa por expansão de atividades econômicas, como, por exemplo, o investimento em produção de energias renováveis (principalmente a partir das usinas eólicas *onshore* e quiçá com projetos futuros para a instalação de *offshore*), agricultura irrigada, pesca artesanal, esportes náuticos, turismo ecológico e de massas, entre outras

⁶ Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político conservador brasileiro que surgiu após o golpe de Estado no Brasil em 1964.

atividades que envolvem o aproveitamento dos recursos presentes na espacialidade em questão.

É possível observar as atividades econômicas existentes a partir da figura abaixo (Figura 01).

Figura 02- Mapas das atividades realizadas na Zona Costeira piauiense



Fonte: IBGE (2015); ICMBio (2019); Correia (2023)

Apesar da representação das principais atividades econômicas encontradas em toda a ZC piauiense, neste artigo ao focar em estudos sobre o município de Ilha Grande (PI), é observado na figura que são encontradas atividades econômicas voltadas à pesca artesanal, atividade historicamente realizada (SILVA, 2020). Devido ao turismo não só na região, mas também no Ceará, a cata do caranguejo-uçá, atividade de subsistência entre as comunidades tradicionais do Delta, passou por grande demanda para exploração econômica devido a valorização do crustáceo em restaurantes de Parnaíba e da capital cearense (BRAGA, 2016).

Outro problema sentido recentemente por Ilha Grande, ao menos desde os anos 2010, é a produção de energias renováveis (energia eólica). Assim, o município está localizado dentro da Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável fazendo parte Área de Preservação Ambiental

do Delta do Parnaíba que engloba também a participação da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Delta do Parnaíba (SOUZA; MAYO; ANDRADE, 2022)

Destarte, por fazer parte da UC de uso sustentável, é permitido que dentro dessa área sejam realizadas diversas atividades econômicas que visam a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico da área. No entanto, ao revisar resultados de estudos sobre as transformações causadas, tem mostrado resultados contrários à proposta de conservação e preservação desses espaços.

No que diz respeito à produção de energia renovável, inúmeras foram as alterações, os impactos socioambientais e os conflitos dela surgidos. Ainda no período de implantação e expansão das usinas eólicas, matas dantes utilizadas para a coleta de frutos foram arrasadas, dunas aplainadas e lagoas aterradas.

Ao revelar em seus estudos sobre os impactos ambientais causados pela expansão de usinas eólicas no bairro Labino (município de Ilha Grande) os autores Souza, Mayo e Andrade (2022) citam que: “os moradores apontam que o principal empreendimento que causou desmatamento em áreas de cajuí foi a implantação de usinas eólicas”. Junto a isso, as comunidades tradicionais foram impedidas de acessar áreas historicamente utilizadas para a criação de animais, extração de frutas como caju e murici, bem como a prática da pesca.

Desmembrada de Parnaíba em 1994, Ilha Grande enfrenta vários desafios em sua urbanização. De acordo com Pessôa (2020), quase vinte anos depois da emancipação política, o novo município tinha urbanização acima de 80%, contraditoriamente, somente 68% da população ilhagrandense era atendida pelo serviço de coleta de lixo.

O Porto dos Tatus, ali localizado, ilustra o papel portuário do município. O que inicialmente era um porto utilizado por pescadores, agricultores, marisqueiras e catadores de caranguejo, é hoje responsável não só pelo escoamento de mercadorias para as demais ilhas que compõem o Delta do Parnaíba (a exemplo da Ilha das Canárias, município de Araióses), mas também pelo embarque e desembarque de passageiros, formados pela população local e turística. Dali ainda chegam os caranguejos trazidos do Torto, que partem para Parnaíba e região, além do Ceará. Em certos casos, quando a produção é satisfatória, saem do Porto dos Tatus, “cerca de três mil e seiscentas cordas de caranguejo, ou seja, catorze mil e quatrocentas unidades de crustáceo”, conforme apontou o estudo de Pereira (2021, p. 228).

Devido o advento do turismo, foi aos poucos criada uma estrutura de bares, restaurantes e uma marina a fim de atender os visitantes. Vale lembrar, como apontou Braga (2016), que esses postos de trabalho e outros como, os de guia ou pilotos de lanchas rápidas são ocupados

por jovens ilhagrandenses. A área do turismo ecológico é o grande destaque de Ilha Grande devido sua potencialidade paisagística.

Figura 03: Letreiro localizado no Porto dos Tatus com alusão ao “Tô na rota”, Ilha Grande (PI)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Figura 04: Embarcação utilizada para o transporte de turista no Porto dos Tatus, Ilha Grande (PI)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

O município ostenta o título de “porta de entrada para o Delta do Parnaíba”, que se dá por causa da utilização do Porto dos Tatus como um ponto de partida para a realização do passeio. Para Oliveira e Silva (2016) “o turismo perpassa pelo simples fato de viajar. Constitui-se em movimentação de bens, serviços e pessoas, envolvendo diversos perfis da sociedade”. No entanto, com o avanço do turismo ecológico, o município presencia algumas transformações quanto à dinâmica territorial que tem modificado a realidade do território.

E com isso, a presença da atividade turística, acaba criando expectativas que influenciam e provocam transformações na comunidade, gerando assim, consequências ao entorno (OLIVEIRA; SILVA, 2016). Destas, podemos citar o assoreamento do rio, a exploração de indivíduos humanos e não humanos, a poluição de rios e solos. Para além, soma-se ainda a disputa de empresários do ramo turístico e atividades náuticas com as populações tradicionais, bem como o silenciamento e/ou pouca participação da comunidade nos serviços turísticos.



Um exemplo dado entre as contradições citadas foi a construção da Marina Delta do Parnaíba no Porto dos Tatus, no qual é utilizada para guardar embarcações de alto valor econômico, e por vezes são utilizadas pelos proprietários. E que, no entanto, têm ocorrido certos impasses com a população local que sempre utilizou esse espaço para atracar as canoas no Porto dos Tatus, como demonstrado na figura abaixo.

Figura 05: Canoas atracadas em frente à Marina Delta do Parnaíba no Porto dos Tatus, Ilha Grande (PI)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

De fato, o turismo ecológico é carregado de uma série de problematizações. Visto que a ideia referente à “sustentabilidade”, “verde” e “ecológico” é utilizada como um meio para garantir maior aceitação das instâncias de órgãos públicos, ambientais, e pela própria comunidade. No entanto, dentro da realidade, o turismo ecológico ainda possui fragilidades quanto a sua aplicação, pois têm causado preocupações com o surgimento de conflitos e impactos ambientais e na espacialidade estudada, há pouco ou nenhuma participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do amplo potencial da Zona Costeira piauiense, ao mesmo tempo, há elevados índices de carências socioeconômicas, infraestruturais e contradições ambientais. Entre as contradições do modelo de desenvolvimento turístico, percebe-se as transformações socioambientais no município de Ilha Grande (PI), uma vez que está inserido na rota turística do Delta do Parnaíba.

Entretanto, a população do município ainda se beneficia com a venda de pescados e mariscos, e observou-se que os ilhagrandenses sentem o impacto do turismo no município causada pela presença de lixo e falta de coleta dos resíduos sólidos, disputas de território para ancorar os barcos no Porto dos Tatus, posto de atendimento ao turista, pouco diálogo entre

empresários, gestão pública e comunidade local, além dos impactos no ecossistema do Delta do Parnaíba.

Portanto, atividade como esta quando não é considerada satisfatória para a comunidade local torna-se inviável para ser desenvolvida em territórios com comunidades tradicionais e ribeirinhas como as do Delta do Parnaíba. E de fato, é preciso realizar um plano de trabalho que utilize a sensibilização e conscientização da prática do turismo de forma sustentável e que acolha os ilhagrandenses. Assim, a discussão desse texto, servirá na contribuição para os estudos da Zona Costeira piauiense e identificação das contradições existentes que poderão proporcionar uma possível forma de gerenciamento do turismo em Ilha Grande (PI) que possa então incluir a comunidade local.

REFERÊNCIAS

BORGES, G. K. L.; GONÇALVES, L. A. A. Urbanização litorânea em Luís Correia – PI. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 19., 2018. João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...], João Pessoa, 2018. Disponível em: http://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1532359432_ARQUIVO_ARTIGO-ENG2018.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/ilha-grande.html>. Acesso em: 10 out, 2023.

BRAGA, D.S. **Corp-oralidades**: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí. Teresina, p. 145, 2016.

CASTILHO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE, vol. 9, núm. 18, Jan./abr., 2010, p. 17 a 26.

CEPRO, **Macrozoneamento Costeiro do Estado do Piauí**: Relatório Geoambiental e Sócio-Econômico, Teresina: CEPRO, 2013.

GUZZI, Anderson (org.). **Biodiversidade do Delta do Parnaíba**: litoral piauiense. Parnaíba: EDUFPI, 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma Geografia do litoral brasileiro. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2007.



OLIVEIRA, P. V. S. Piauí em (Re)vista: Paisagem, turismo e desenvolvimento nas revistas O Cruzeiro e Manchete In **Anais do 3º Encontro Internacional História & Parcerias**. CASTRO, Ricardo Figueiredo de; REIS, Thiago de Sousa (Orgs.). Rio de Janeiro: ANPUH, 2022.

OLIVEIRA, W. R. SILVA, E. V. Geografia e educação ambiental na prática do turismo sustentável: A APA do Delta do Parnaíba. **Revista Equador**, V. 5, N. 2, P. 61-74, 2016.

PEREIRA, L.C. Maré de lua: capitalismo, práticas e ecologias na lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba (PI/MA). Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. Brasília, p. 302, 2021.

PESSÔA, F. S. **Urbanização, segundas residências e turismo na zona costeira do Piauí**. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciência, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 339, 2020.

PIAUI (Estado). **Lei complementar Nº87 de 22 de agosto de 2007**. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php>. Acesso em: 31 de março, 2022.

PIAUI (Estado). **Secretaria de Planejamento do Piauí**. Planejamento Participativo. Disponível em: <http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php>. Acesso em: 22 dez. 2022.

PIAUI (Estado). **Secretaria de Turismo do Piauí**. Guia Piauí: Litoral. Disponível em: https://issuu.com/jornalismocomm/docs/guia_net. Acesso em: 12 dez. 2022.

PORTAL EKKO GREEN. **O Piauí vai construir 27 novas usinas eólicas até 2026**. Disponível em: <https://ekkgreen.com.br/piaui-vai-construir-27-usinas-eolicas/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

REGO, J.M.A.N. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 291, 2010.

SILVA, A.W.S. Trabalho e cotidiano no Delta do Parnaíba no entresséculos (XIX-XX) In SILVA, A.W.S (Org.). **Mundos do trabalho no Piauí: histórias, sociabilidades e resistências**. Taipa editorial. Parnaíba, 2020.

SOUZA, R. T. B. MAYO, S. J. ANDRADE, I. M. Conhecimento e conservação de *anacadium occidentale* L. (cajuí). **Revista Etnobiologia**. V. 20, N. 12, P. 61-83, 2022.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Economia piauiense planejamento e perspectivas de investimentos**. Teresina: EDUFPI, 2018.

**XV
ENAN
PEGE**

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

